

**O MÉTODO CLÍNICO PIAGETIANO E SUA APLICAÇÃO EM PESQUISAS
SOBRE DESENVOLVIMENTO MORAL: REVISÃO DE LITERATURA**

Cristiane Pereira Marquezini¹**Izabella Alvarenga Silva²****Luciana Nogueira da Cruz³****Julia Neves Ferreira⁴****Resumo**

O estudo apresenta pesquisas sobre desenvolvimento moral amparadas no método clínico piagetiano. Tal método foi considerado pioneiro ao propor nova formatação para a investigação do desenvolvimento infantil. Os procedimentos também foram aplicados por Piaget em suas pesquisas sobre o desenvolvimento moral, mostrando-se eficazes. Desde então, vários estudos foram realizados utilizando o modelo. Assim, neste artigo, realizamos revisão de literatura objetivando verificar o emprego do método em pesquisas sobre moral nos últimos cinco anos. Concluímos que os estudos do epistemólogo (método e orientação do juízo moral) subsidiam número significativo de estudos, demonstrando a sua importância e atualidade.

Palavras Chave: Método clínico. Desenvolvimento moral. Piaget.

¹ Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (SP). e-mail: cp_marquezini@hotmail.com

² Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (SP)

³ Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto (SP)

⁴ Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto (SP)

**PIAGET'S CLINICAL METHOD AND ITS APPLICATION IN RESEARCH
ON MORAL DEVELOPMENT: REVIEW OF LITERATURE**

Abstract

The study presents researches on moral development based on the Piagetian clinical method. This method was considered a pioneer in proposing new formatting for research on child development. The procedures were also applied by Piaget in his research on moral development, proving to be effective. Since then, several studies have been performed using the model. Thus, in this paper, we carry out literature review aiming to verify the use of the method in moral research in the last five years. We conclude that the studies of the epistemologist (method and orientation of the moral judgment) subsidize a significant number of studies, demonstrating their importance and timeliness.

Keywords: Clinical method. Moral development. Piaget.

Introdução

O texto apresenta a empregabilidade e a atualidade do método de pesquisa construído por Piaget com objetivo de apreender o pensamento infantil em sua gênese e evolução.

Intitulado método clínico, o procedimento de coleta e análise de dados elaborado pelo epistemólogo é constituído por observação seguida de inquérito, utilizando-se, para tanto, de perguntas mais ou menos abertas e cuja continuação depende das respostas do interrogado. Tal prática foi utilizada com fins de conhecer a lógica do pensamento da criança, de forma que não existem respostas corretas ou erradas, busca-se, desse modo, o princípio orientador das réplicas. A prática teve início com os experimentos sobre o conhecimento do mundo físico e, em seguida, foi aplicada em um trabalho para compreender como as crianças entendem as regras e costumes sociais.

Acerca desse último, a obra *Le jugement moral chez l'enfant*, originalmente publicada em 1932, é a pioneira na investigação da gênese da moralidade humana e embasou outros estudos importantes na área, como os desenvolvidos por Puig (1998), Kohlberg (1992) e Gilligan (1982). Posteriormente, o livro foi publicado no Brasil, em 1977, com o título *Julgamento moral na criança*, e, em 1994, essa mesma obra foi publicada sob o título *O juízo moral na criança*. Nela, Piaget (1994) faz uso de histórias-dilemas a fim de entender como as crianças avaliam e praticam regras sociais e julgam a mentira, o roubo, as sanções e a justiça.

A originalidade e aplicação do método clínico junto aos dilemas resultaram na sua utilização em estudos brasileiros sobre moral até os dias atuais (ARAÚJO, 2000; MARTINS, 1995, 1997; MENIN, 2002; LA TAILLE, 2000; TONNETTA, 2003; VINHA, 200). Em relação a essa questão, Lima e Queiróz (2010) destacam a adequação da metodologia para a obtenção de dados nas pesquisas sobre o desenvolvimento moral:

Os dilemas morais apresentam situações de vida real onde se dá a oportunidade de escolha, seguido de um inquérito (entrevista) que busca levantar as razões das escolhas feitas. Com este instrumento, o pesquisador procura acompanhar o pensamento do sujeito com intervenções sistemáticas, elaborando novas perguntas a partir das respostas, avaliando sua abrangência (LIMA; QUEIROZ, 2010, p.123).

Observando a adequação e a atualidade dessa forma de investigação na psicologia moral, objetivamos realizar um levantamento sobre as publicações científicas datadas dos últimos cinco anos que se reportaram ao método clínico para investigar a moralidade humana. A seguir, descreveremos o método e, na sequência, passaremos a elencar pesquisas que o empregaram na área da psicologia moral.

2 O método clínico

Jean Piaget (1896-1990), epistemólogo suíço, dedicou boa parte de sua vasta produção científica ao estudo dos processos inerentes à construção do conhecimento. Dessa maneira, buscou explicar como a inteligência evoluía na criança, passando dos processos simples de pensamento até os raciocínios complexos de jovens e adultos.

Para o estudo da construção gradativa da inteligência na criança, o autor utilizou-se de um método por ele elaborado, denominado de método clínico. Segundo Delval (2002), o citado método tem origens na medicina, a partir do diagnóstico minucioso do doente e seus sintomas. Contudo, foi Piaget quem o sistematizou e o adequou ao estudo do pensamento infantil. Sua construção ocorreu de forma quase incidental, já que Piaget auxiliava Simon na padronização e adaptação de seus testes de inteligência às crianças francesas.

Com efeito, desde o início, o epistemólogo não se mostrava satisfeito com a simples categorização das respostas corretas ou incorretas apresentadas pelas crianças, pois o inquietava os princípios norteadores das réplicas apresentadas. A fim de resolver esse impasse, Piaget dá início a um interrogatório com propósito de entender o caminho percorrido pelo raciocínio do investigado e que orientava a sua resposta:

Desse modo, Piaget iniciou um método de conversas abertas com as crianças para tentar apreender o curso de seu pensamento. Não se tratava simplesmente de contar o número de sujeitos que respondiam de forma correta, mas de indagar as justificativas que as próprias crianças ofereciam de suas respostas (DELVAL, 2002, p.55).

Assim, tem início a sistematização do novo método. No ano de 1926, Piaget submete seu método à minuciosa análise, elucidando as vantagens e as dificuldades do seu emprego em pesquisas, com o objetivo de estudar quais eram as representações de mundo na criança, bem como as explicações intrínse-

cas a elas e, por fim, as estruturas inerentes às explicações da causalidade infantil durante as fases do seu desenvolvimento.

Para ele, os métodos já existentes não eram eficazes em sua empreitada, visto que a forma de apresentação das questões poderia tendenciar as respostas. A título de exemplo, Piaget, ao investigar o que as crianças pensam sobre o movimento dos astros, nos adverte que, se perguntarmos a elas “quem é que faz o sol mover-se?”, estaremos lhes sugerindo logo de início a ideia de que existe algo exterior que faz o sol se movimentar. De forma igual, ao questionarmos as crianças “como se move o sol”, também lhes inspiramos a ideia de que o sol de algum modo se move (PIAGET, 1975).

Dessa maneira, alerta-nos para o fato de que os questionários fixos devem ser evitados e as perguntas devem ser cuidadosamente elaboradas e, se necessário, alteradas de acordo com o desenvolvimento da criança e o objetivo do pesquisador.

Ainda em relação às questões, há indicações para que elas sejam formuladas pelas próprias crianças e depois aplicadas em sujeitos da pesquisa, pois, desse modo, não interferimos na lógica da criança, além de nos certificarmos de que elas são oriundas do próprio espontaneísmo infantil e não sugeridas pelo experimentador.

Sobre a técnica da observação (instrumento de pesquisa muito utilizado nos primórdios dos estudos com crianças), Piaget reitera a sua importância, mas não deixa de formular alguns inconvenientes quando utilizada sozinha. O primeiro deles consiste no que o pesquisador chamou de *egocentrismo intelectual*, conceito segundo o qual a criança acredita que conhecemos seu pensamento.

Outro problema presente quando fazemos uso exclusivo da observação é a dificuldade em discernir no pensamento da criança *crença* de *jogo*. Assim, quando uma criança diz algo, não podemos afirmar se ela está expressando, de fato, o seu pensamento ou está apenas brincando.

Em função dessas questões, Piaget buscou um instrumento que conservasse a observação e também se utilizasse da investigação desta. Assim sendo, no método clínico, ocorre uma combinação de observação participante seguida por um interrogatório exaustivo das falas da criança.

Porém, são dignas de nota as dificuldades do investigador no emprego desse método, porque é dificultoso para nós, adultos, deixar de sugerir, de sistematizar questões ou nos levarmos por incoerências devido à ausência ou a não sistematização de uma hipótese diretora:

O bom experimentador deve, efetivamente, reunir duas qualidades muitas vezes incompatíveis: saber observar, ou seja, deixar a criança falar, não desviar nada, não esgotar nada e, ao mesmo tempo, saber buscar algo de preciso, ter a cada instante uma hipótese de trabalho, uma teoria, verdadeira ou falsa, para controlar (PIAGET, 1975, p.11).

Ainda sobre os problemas na utilização do procedimento, destacamos a análise dos dados coletados de acordo com o método. Segundo Delval (2002), o assunto foi pouco abordado na literatura sobre o método clínico. Tal fato se deve à dificuldade em avaliar resultados quando não existem modelos simples e que se apliquem a todos os casos:

Infelizmente, não existem procedimentos preestabelecidos para realizar novas descobertas, e a criação científica continua sendo uma atividade altamente misteriosa. Em cada caso, diante de cada problema, temos de inventar novas soluções, e é isso que diferencia a pesquisa original e criativa do trabalho rotineiro (DELVAL, 2002, p.14-15).

Destacamos, também, que todo o material coletado por intermédio do método clínico deve ser submetido à crítica (característica desse método), de modo que cada resposta dada pela criança deve ser devidamente colocada den-

tro de seu contexto mental. Dito de outra maneira, as falas da criança são submetidas a um minucioso exame para evitar ambiguidades. Esse processo é importante porque as crianças, quando são questionadas e nos respondem, podem estar expressando realmente o que pensam, ou simplesmente, podem falar mecanicamente utilizando-se do que lhe fora sugerido na questão.

Postas essas questões, salientamos que o método clínico se difere dos outros métodos porque não se preocupa com algumas padronizações, consideradas fundamentais em testes de inteligência, a exemplo do tempo que o sujeito leva para emitir a resposta, a quantidade de vezes que o experimentador pode fazer a questão e a rigidez das palavras utilizadas na pergunta.

Dessa forma, as questões podem ser repetidas ou reformuladas pelo experimentador, visto que o objetivo do teste é que elas sejam compreendidas pelo sujeito, assim, recomenda-se trocar palavras com o intuito de favorecer o entendimento do sujeito.

Outra característica comum no método é o emprego de um questionário piloto com o objetivo de experimentar o teste antes da aplicação efetiva, ou seja, para averiguar se as instruções e questões são apreendidas pelo sujeito.

Em suma, no método clínico, o mais importante é a compreensão das questões dadas ao entrevistado, dessa maneira, não é importante a uniformização rígida da testagem como ocorrem nos métodos tradicionais. Como salienta Carraher (1994, p.17): “A metodologia piagetiana opta pelo controle do entendimento das perguntas e instruções, ao invés de interessar-se pela padronização das mesmas”.

Portanto, podemos inferir que, enquanto os testes psicométricos se preocupam com a padronização das situações externas, os piagetianos se ocupam das situações internas. Tais questões são fundamentais no método clínico,

porque, como dito anteriormente, ele tem como objetivo o estudo do caminho mental percorrido pelo sujeito. Em outras palavras, não existem respostas corretas ou erradas, pois mesmo uma resposta errada pode significar um raciocínio mental mais elaborado, enquanto uma correta pode ser fruto do acaso.

2.1 Aplicação do método em pesquisas sobre o desenvolvimento moral

Como foi dito, Piaget (1994) realizou estudo pioneiro na área da psicologia sobre o desenvolvimento moral. Segundo Delval (2002), esse estudo significou a aplicação do método clínico à outra área, pois o objetivo da obra “O Juízo Moral na Criança” era a compreensão da noção que as crianças possuíam sobre as normas e seu entendimento sobre a justiça. Dessa forma, são empreendidas entrevistas pautadas na ação do sujeito com o uso do interrogatório durante a realização de partidas de jogos regrados, tal interrogatório busca apreender as concepções e as práticas que os pequenos possuem das regras.

O citado procedimento possibilitou que o pesquisador observasse que duas morais são construídas pela criança. A primeira delas é a moral da heteronomia, cuja formação é própria de um tipo de respeito – o unilateral. Nesse tipo de relação, as regras morais são impostas de forma autoritária pelos adultos às crianças, sem que haja reflexão ou argumentação por parte das últimas. Também chamada de moral da obediência ou do dever, impõe um sem número de regras para que a criança possa conviver socialmente.

A outra moral, chamada de moral da autonomia, é construída ao longo das relações sociais da criança. É resultado das relações de respeito mútuo que auxiliam a criança a sair do seu estado egocêntrico, descentrando-se para poder ver e colocar-se como mais uma no mundo. Pode, dessa maneira, questionar regras, colocar o seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, contemplar o pensamento alheio (reversibilidade), o que lhe permite a construção de regras

justas para todas as partes envolvidas. Na autonomia moral, a justiça é a virtude primordial e a mais racional das noções morais.

No entanto, Delval (2002) faz advertências sobre a adaptação do método clínico, utilizado anteriormente para o conhecimento do desenvolvimento cognitivo, em pesquisas sobre o desenvolvimento moral. Para ele, nos problemas de natureza física ou lógica, estamos em presença do pensamento em ação, já que nesse tipo de estudo a criança manipula os objetos para depois emitir sua resposta. Nos estudos sobre a origem e evolução das regras, Piaget pôde utilizar-se dos jogos de bolinhas de gude, mas nas pesquisas sobre as regras morais que os adultos ensinam às crianças nenhuma prática foi possível. Assim, não foi estudado o ato, mas as avaliações que as crianças fizeram dele após análise de condutas apresentadas em histórias (dilemas):

Aqui uma nova dificuldade. As condutas que apresentamos à criança para que as julgue, não poderemos fazer com que elas as aprendam concretamente, como se colocássemos em suas mãos um punhado de bolinhas ou material mecânico. Só poderemos apresentá-las à criança por meio de uma narração. Assim, vemos o quanto é indireto o método que vamos empregar (PIAGET, 1994, p.95).

Dessa forma, o autor nos informa sobre a problemática inerente à aplicação do método quando utilizado para avaliar as condutas morais, pois como inferir que esses julgamentos equivalem aos comportamentos que as crianças apresentariam caso estivessem diante das situações reais?

Em resposta, Piaget atenta para o fato de que, nos interrogatórios feitos na ocasião da primeira parte de seus estudos (jogos de regras) obteve-se, em linhas gerais, correspondência entre o julgamento e a prática. Nos casos onde não houve correlação, o resultado foi atribuído ao fato do juízo moral estar em atraso quando comparado ao juízo prático:

Observamos frequentemente, no domínio intelectual, que o pensamento verbal da criança consiste numa tomada de consciência pro-

gressiva dos esquemas construídos pela ação. O pensamento verbal está simplesmente em atraso, em tais casos, em relação ao pensamento concreto, pois se trata de reconstruir simbolicamente, num novo plano, as operações já executadas no plano precedente (PIAGET, 1994, p.98).

Contudo, apesar dessas advertências, o autor empregou o método nas suas pesquisas sobre a moral valendo-se de dilemas. Em função da riqueza do material, os resultados dos seus estudos foram compilados e são aplicados na investigação da temática em inúmeros trabalhos, de modo que registramos a sua ocorrência na atualidade.

Os dilemas morais apresentam situações nas quais nenhuma resposta está certa nem errada, os objetivos do pesquisador são atingidos através da utilização de um instrumento para o qual ainda não construíram defesas psicológicas, uma vez que se trata de algo que os sujeitos conhecem, mas apresentado de uma forma que nunca haviam pensado. A intenção é conhecer a forma como o sujeito estrutura a resposta naquela oportunidade, ou nos termos da Psicologia Moral, como está organizado o juízo moral do indivíduo (LIMA; QUEIRÓZ, 2010, p.20).

Revisão de literatura

Depois de discorrermos acerca do método e sua aplicação, procedemos à revisão buscando pesquisas que utilizaram o método clínico para estudar o desenvolvimento moral. Recorremos às bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* - (SCIELO) e Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi). Os unitermos utilizados para a pesquisa foram: “desenvolvimento moral” e “método clínico”. Concentramos as buscas por pesquisas realizadas no período dos últimos cinco anos (2010 a 2016). O ano de 2016 não foi considerado, uma vez que as produções desse ano ainda não se encontravam publicadas ou disponíveis para pesquisa. Encontramos um total de 21 trabalhos, que foram lidos criteriosamente, o que nos levou a selecionar apenas 16 das publicações, as quais foram eleitas em função de apresentarem o método clínico na investiga-

ção de temas relacionados ao desenvolvimento moral. Apresentamos, a seguir, as pesquisas:

Kobayashi e Zane (2010) desenvolveram um estudo para identificar a tendência moral de 30 adolescentes em conflito com a lei. As autoras fizeram uso da observação e aplicaram uma entrevista estruturada seguindo as linhas gerais do método clínico de Piaget. O primeiro instrumento de coleta de dados foi a entrevista, composta por 15 perguntas envolvendo dilemas morais, sendo seis referentes às regras do futsal e nove sobre situações de jogo. Em um segundo momento, a prática do jogo de futsal entre os adolescentes foi observada, bem como as ações e regras aplicadas por eles durante o jogo. Segundo as autoras, “esse procedimento permitiu conhecer o modo de jogo e quais as regras aplicadas por eles, uma vez que regras e ações nos jogos, infantis e juvenis, variam de grupo para grupo” (KOBAYASHI; ZANE, 2010, p.199). Os resultados evidenciaram que os adolescentes apresentam características de uma moral heterônoma, verificadas pelas divergências entre a consciência e a prática de regras na situação de jogo de futsal, uma vez que, apesar dos adolescentes conhecerem as regras, somente as respeitam para obterem benefícios pessoais ou para o seu time na partida.

Pesquisa semelhante foi efetuada por Colombo e Dias (2010), que se dedicaram a analisar situações vivenciadas no contexto escolar por 37 crianças do ensino fundamental (19 meninos e 18 meninas), entre 7 e 8 anos, com foco na análise do pensamento e do desenvolvimento moral do grupo frente aos dilemas reais emergidos da convivência. Para conduzir a pesquisa, as autoras lançaram mão do método clínico piagetiano, o qual consideram “necessário para compreender as ações do sujeito, promover intervenções e interpretar seus significados” (COLOMBO; DIAS, 2010, p.6). Para tanto, foram abordados dilemas categorizados segundo critérios utilizados por Piaget (1994) e Deval (2002), ou

seja, “[...] mediante as respostas apresentadas, levar-se-ão em conta as respostas diferenciadas” (COLOMBO; DIAS, 2010, p.6). Os dilemas selecionados para esse estudo abarcam temas referentes à cooperação, agressão física e verbal, constituição e cumprimento de regras. Como conclusão, as autoras apontaram que a participação das crianças na busca de resolução dos conflitos promoveu estímulos para o avanço em direção à autonomia moral do grupo.

O estudo de Andrade e Alencar (2010) avaliou os juízos morais de 11 sujeitos com deficiência auditiva com objetivo de comparar tais juízos sobre suas reações à situações pessoais de humilhação vivenciadas no passado; e sobre as reações, no presente, à situações de humilhação hipotéticas e similares àquelas vivenciadas no passado. Uma entrevista individual e estruturada foi realizada, considerando duas questões norteadoras: “[...] 1) no momento em que aconteceu ([...] situação de humilhação destacada pelo participante), qual foi a sua reação? Por quê?; 2) Hoje, se essa situação (mencionar a situação de humilhação destacada pelo participante) acontecesse novamente, qual seria sua reação? Por quê?” (ANDRADE; ALENCAR, 2010, p. 274). As pesquisadoras filmaram os sujeitos, que usaram a Língua Brasileira de Sinais para relatarem as situações em questão. Os resultados alcançados indicaram que a diferença temporal influenciou os juízos dos participantes.

Abreu, Moreira e Rique (2011) investigaram a qualidade do pensamento do perdão interpessoal e das condições nas quais o perdão é oferecido por crianças. Aos 20 participantes da investigação, foi apresentado o dilema de João: “[...] tratava-se de uma entrevista semiestruturada, com 12 questões, referentes à estória de um menino chamado Joãozinho, uma adaptação, para crianças do Dilema de Heinz” (ABREU; MOREIRA; RIQUE, 2011, p. 254). Os resultados mostraram que apenas 40% delas conseguiram apresentar uma noção conceitual de perdão, além disso, o perdão foi visto pelas crianças como estra-

tégia para diminuir a raiva ou como uma consequência natural da diminuição da raiva.

A pesquisa de Castro e colaboradores (2011) investigou com 30 crianças (15 meninas e 15 meninos) sobre haver ou não a obrigação de retribuir um favor e as justificativas dadas por elas. Para a realização da pesquisa, as crianças foram divididas em três grupos etários (Grupo 1: 5 e 6 anos, Grupo 2: 7 e 8 anos e Grupo 3: 11 e 12 anos) e responderam à entrevistas individuais de acordo com o método clínico. Utilizou-se como instrumento uma história hipotética na qual um adulto (benfeitor) presta um favor a uma criança (beneficiário). Os resultados indicaram uma evolução na forma como as crianças concebem a obrigação de retribuir, todas as crianças mais novas enfocaram consequências para o benfeitor, porém, tal tipo de justificativa diminui com a idade.

Pessoti, Ortega e Alencar (2011) analisaram o juízo moral de 40 crianças (20 meninas e 20 meninos) a respeito da trapaça em uma situação de jogos de regras. O instrumento de coleta de dados utilizado foi uma história envolvendo a trapaça no Jogo da Velha. A história retrata uma situação prática de jogo, “nela, cabe à criança descrever a ação narrada, julgá-la como correta ou não e justificá-la” (PESSOTI; ORTEGA; ALENCAR, 2011, p.176). Os autores criaram uma versão tanto masculina quanto feminina da história, que foi apresentada de acordo com o sexo do participante. Os resultados apontaram que a atitude de trapacear foi considerada errada, o maior número de justificativas mencionadas entre as crianças de 5 anos foi baseado em ‘argumentos circulares’; em crianças mais velhas, a justificativa foi ‘desobedeceu à regra do jogo’. Além disso, associaram as suas concepções a vários aspectos morais já conhecidos, como o roubo e a mentira.

A investigação de Abreu e Alencar (2012) objetivou avaliar os projetos de vida de 51 estudantes do ensino superior de uma universidade pública.

Foram realizadas entrevistas individuais (gravadas e transcritas), as quais pediram que os sujeitos respondessem questões do tipo: “Imagine-se no futuro até cinco anos após terminar este seu curso de graduação. Quais os seus projetos de vida? Quais são seus projetos profissionais depois de terminar este seu curso de graduação? Por quê?” (ABREU; ALENCAR, 2012, p.151). Os resultados indicaram que, em relação aos projetos de vida, as principais categorias encontradas foram: formação acadêmica, relacionamento afetivo, trabalho/emprego e estabilidade/independência financeira. Em relação aos projetos de vida profissional, as categorias principais foram: cursar pós-graduação, trabalho em geral e trabalho como professor universitário. Os resultados apontaram que apenas 2,6% delas apresentavam conteúdos morais.

Já Ricardo e Rossetti (2012) pesquisaram o conceito de amizade, no respeito às diferenças e nos relacionamentos entre pares no contexto escolar, considerando 17 crianças que estudam com uma criança com diagnóstico de espectro autista em classe inclusiva e 17 crianças que estudam em classe não inclusiva, todas com idade entre 7-8 anos. Para a coleta de dados, foram criados catorze cartões com desenhos de crianças em situações distintas. Baseando-se na investigação de Piaget sobre o juízo moral, optou-se por criar cartões de acordo com o gênero. Foi realizada também uma entrevista contendo catorze questões baseadas no método clínico piagetiano, “que serve para investigar o processo pelo qual as crianças pensam, percebem, agem e sentem o mundo à sua volta” (RICARDO; ROSSETI, 2012, p.303). As questões foram divididas em três grupos temáticos visando investigar a concepção de amizade dos participantes, compreender a relação entre a percepção de diferenças e possibilidades de um relacionamento de amizade com aqueles que são vistos como diferentes e, por fim, analisar a formação de relacionamentos de amizade em classes inclusivas e não inclusivas. As conclusões indicaram que a maioria dos participantes conseguiu apresentar uma definição de amizade e percebeu o diferente de for-

ma semelhante, embora os alunos da classe inclusiva pareçam mais dispostos a respeitar e se relacionar com as demais crianças.

O artigo de Álvarez (2012) relata um estudo realizado em Bucaramanga, na Colômbia, sobre as representações mentais de 55 sujeitos de 7 a 17 anos sobre Governo. Os sujeitos foram interrogados individualmente com questões sobre Governo, governança e leis, as entrevistas foram gravadas e transcritas num “protocolo estándar prescripto por el método clínico.” (ÁLVAREZ, 2012, p.888). Como resultado, o autor apresenta que os sujeitos com idades entre 9 e 11 anos de idade compreendem que o Governo está entre os três poderes públicos, situando a figura do presidente de forma menos idealizada. Os de 12 a 15 anos de idade acreditam que o Governo é um grupo de pessoas lideradas pelos presidentes que organizam a vida social e fazem cumprir a Constituição, além de promulgar leis que são morais e sociais. Entre os indivíduos de 15 e 17 anos de idade, há a crença de que o Governo garante os direitos dos cidadãos por meio da sua ação nos três poderes públicos.

Na pesquisa de Rava e Freitas (2013), 89 crianças foram entrevistadas sobre os sentimentos de um beneficiário diante de uma ação generosa, a obrigatoriedade ou não de se retribuir um favor e as respectivas justificativas. Para investigação dos fenômenos, foram elaboradas duas histórias relatando situações cotidianas das crianças. Elas abordaram as temáticas: (a) auxílio na busca de animal de estimação (história da gatinha) e (b) empréstimo de objeto pessoal (história do casaco). Os resultados sugerem uma evolução nas concepções das crianças sobre a obrigação de retribuir. As crianças mais jovens foram as que mais apresentaram justificativas de consequência para o benfeitor. A justificativa de retribuição como um bem moral apareceu apenas no grupo de crianças mais velhas.

A relação entre teoria da mente (definida como a habilidade para atribuir estados mentais como crença, desejos, intenções ou emoções a si mesmo e a outras pessoas) e julgamento moral foi estudada por Loureiro e Souza (2013). Os participantes (11 meninos e 13 meninas entre 4 e 5 anos) foram divididos em dois grupos de idade: um grupo de 12 crianças entre 4 e 5 e outro grupo de 12 crianças entre 5 e quase 6 anos. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas quatro tarefas de teoria da mente que avaliavam os seguintes componentes: desejos diferentes, crenças diferentes, crença falsa de conteúdo e crença falsa explícita, uma tarefa de julgamento moral com base no motivo e uma tarefa de julgamento moral com base na intenção:

Para cada história, foram feitas perguntas controle para assegurar que a criança reconhecia que as ações dos personagens eram idênticas e, também, para lembrá-la do desejo específico de cada personagem. Em seguida, era perguntado se os protagonistas da história estavam realizando uma ação certa, uma ação errada ou uma ação que não era nem certa nem errada (LOUREIRO; SOUZA, 2013, p.96).

Os resultados mostraram que os 24 participantes da pesquisa tiveram mais facilidade para julgar os comportamentos propositais do que os acidentais. Ainda foi observado que um julgamento moral mais sofisticado está associado a uma capacidade de diferenciar ações intencionais e não intencionais, bem como de identificar os motivos subjacentes à ação.

A pesquisa de Alves, Alencar e Ortega (2014) investigou os juízos de 40 crianças sobre a concepção de amor. Por meio de entrevista individual, foi solicitado aos participantes que citassem exemplos de experiências de amor, e, em seguida, que justificassem cada exemplo mencionado. Os resultados mostraram que a representação que as crianças têm do amor incluem ações de amor para outrem, amor à família e aos amigos, ações em que não há referência ao outro, sentimento, relacionamento amoroso, entre outros. Os exemplos diretamente relacionados para o bem de outrem e sobre o sentimento aumentaram

com a idade, enquanto os exemplos nos quais as ações que não têm o outro como foco diminuíram.

Bianchini e Vasconcelos (2014) investigaram o papel da afetividade nas significações sobre o erro de 15 alunos do ensino fundamental que frequentavam uma sala de apoio por apresentarem dificuldades de aprendizagem. Foi realizada observação (registros em blocos de notas e filmagens) e entrevista semiestruturada com cinco perguntas abertas com questões que investigaram as significações e sentimentos desencadeados pelo erro na sala de aula, também se pediu aos sujeitos que desenhassem uma situação de erro. Verificou-se que a definição do erro apresentada pelos alunos o associava à situações de não respeito às regras e, principalmente, de desobediência ao professor.

Já Fernandes, Dell'Agli e Ciasca (2014) se dedicaram à compreensão do julgamento do sentimento de vergonha em situações de violação às regras em crianças e adolescentes com diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O nível de desenvolvimento moral dos participantes foi investigado por meio de duas histórias hipotéticas sobre a noção de justiça proposta por Piaget (1994). A avaliação do sentimento moral de vergonha foi feita por intermédio de três histórias hipotéticas inspiradas em Piaget. Elas foram construídas ilustrando situações passíveis de vergonha objetivando "compreender como se dá o sentimento moral de vergonha quanto à violação às regras em situações envolvendo os pais, os professores e os pares" (FERNANDES; DELL'AGLI; CIASCA, 2014, p.333-334). Os resultados indicaram que os participantes encontram-se na autonomia moral ou em transição entre a heteronomia e a autonomia, sem diferença entre eles, o que impossibilita a comparação desses dados e os voltados para a avaliação do sentimento de vergonha.

Pesquisa realizada em Bogotá, Colômbia, por Moreno e Gilède (2014), identificou como estudantes e um grupo de professores de um colégio

público avaliam situações de transgressões morais e convencionais. O instrumento foi adaptado do estudo de Nucci (1984), no qual foram apresentadas quatro situações de transgressões (duas morais e duas convencionais) típicas dos estudantes, em forma de vinhetas impressas, seguidas com cinco possíveis respostas de professores hipotéticos para cada situação de transgressão (em tarjetas impressas), para cada sujeito classificar a adequação das respostas às situações. Os resultados indicaram que acontece uma valoração superior das respostas inadequadas quanto às transgressões morais pela maioria dos participantes. Esses resultados sugerem que há uma incoerência nas respostas educativas às transgressões morais e um predomínio das regulações convencionais que dificultam o entendimento moral.

Por fim, Santos, Prestes e Freitas (2014) examinaram se as estratégias propostas por dez professoras (entre 21 e 41 anos) de escolas de educação infantil para a resolução de conflitos favorecem o desenvolvimento da heteronomia ou da autonomia moral das crianças. Foram utilizados como instrumentos: questionário sobre formação e trabalho das educadoras e entrevista semiestruturada em que foram investigados temas relacionados ao desenvolvimento moral e à educação para autonomia. Além disso, incluía-se duas situações hipotéticas de conflito entre as crianças, visando analisar como as docentes agiriam diante de tais situações. Os resultados do estudo mostraram que as professoras propuseram tanto estratégias para o desenvolvimento da heteronomia moral quanto estratégias para o desenvolvimento da autonomia moral, embora as últimas tenham sido menos frequentes.

Os estudos encontrados tratam de temas específicos da área da moralidade, como juízos morais, concepções sobre amor, trapaça, generosidade e atuação de profissionais da educação que se reportam ao método clínico como instrumento de coleta de dados. Eles vão ao encontro dos resultados obtidos

por Piaget (1994), demonstrando a pertinência do método clínico para as investigações no campo da moral, contribuindo para o avanço do conhecimento na área e apontando novos caminhos e possibilidades para o entendimento dessas questões.

Considerações finais

Observamos, num curto espaço de tempo, considerável número de pesquisas que utilizaram o método clínico para realizar estudos sobre o desenvolvimento moral. Acreditamos que o número retrata a pertinência do modelo de coleta de dados construído por Piaget⁴, evidenciando a importância das entrevistas com dilemas como instrumento eficaz para a compreensão da lógica empregada pela criança.

Tal constatação foi retratada nos métodos empregados nos estudos, os quais, em sua maioria, reproduziram a pesquisa de Piaget no que tange às histórias por ele construídas para a avaliação do desenvolvimento moral, seguidas de novas histórias elaboradas pelos autores para a investigação do fenômeno em questão.

Destacamos, assim, que o método clínico é empregado atualmente por pesquisadores tanto na construção de histórias, inspiradas nas feitas por Piaget, quanto na forma de condução das entrevistas e, ainda, no manejo dos dados coletados.

Ademais, salientamos que os resultados encontrados por Piaget, em meados da década de 30, também são validados nas pesquisas em decorrência das tendências morais por ele destacadas serem confirmadas nas pesquisas por nós avaliadas, em amostras em diferentes contextos sociais, nas diversas idades e fases do desenvolvimento.

Portanto, mesmo depois de quase oito décadas, ainda é notável a utilização do método clínico piagetiano em importantes pesquisas, fato que aponta para a eficácia do instrumento, para a pertinência na coleta e análise de dados e, finalmente, para sua atualidade como fonte de novas descobertas científicas na área do desenvolvimento humano.

Referências

ABREU, E. F.; ALENCAR, H. M. Projetos de vida e profissional: um estudo com universitários da área da saúde. **Psicol. Educ**, 2012, p.144-170.

ABREU, E. L.; MOREIRA, P.L; RIQUE, J. O pensamento moral do perdão em crianças. **Psicol. Argum**, 2011, p.249-258.

ÁLVAREZ, L. Y. Representaciones sobre el Gobierno en niños, niñas y adolescentes de Bucaramanga. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv**, 2012, p.883-896.

ALVES, A.D.; ALENCAR, H. M.; ORTEGA, A. C. Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9 anos. **Psicopedagogia**. 2014, p.21-34.

ANDRADE, N. A.; ALENCAR, H. M. Juízos de pessoas surdas sobre humilhação: passado e presente. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. 2010, p.271-280.

ARAÚJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educação e Pesquisa**. 2000, p.91-107

BIANCHINI, L. G. B.; VASCONCELOS, M. S. Significação e sentimentos dos alunos quando erram na Matemática. **Psicol. Educ**, 2014, p.63-71.

CARRAHER, T. N. O método clínico. In: Carraher, TN. **O método clínico: usando os exames de Piaget**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 13-40.

CASTRO, F. M. P.et al. Deve-se retriuir? Gratidão e dívida simbólica na infância. **Estud. psicol**, 2011, p.75-82.

COLOMBO, T. F.; DIAS, C. L. Desenvolvimento sociomoral no contexto escolar: uma experiência com crianças do ciclo I - ensino fundamental. **Psicopedagogia**. 2010, p.3-14.

DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDES, A. P. A.; DELL'AGLI, B. A. V.; CIASCA, S. M. O sentimento de vergonha em crianças e adolescentes com TDAH. **Psicol. Estud.**, 2014, p.333-344.

GILLIGAN, C. **Uma Voz Diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo, 1982.

KOBAYASHI, M. C. M.; ZANE, V. C. Adolescente em conflito com a lei e sua noção de regras no jogo de futsal. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, 2010, p.195-204.

KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

LA TAILLE, Y. **Vergonha, a ferida moral**. [Tese de Livre-Docência em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano]. Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, V. A.; QUEIROZ, K. J. M. Método Clínico piagetiano nos estudos sobre Psicologia Moral: o uso de dilemas. **Schème - Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, 2010, p.110-131.

LOUREIRO, C.P.; SOUZA, D. H. A Relação entre Teoria da Mente e Desenvolvimento Moral em Crianças Pré-Escolares. **Paidéia**. 2013, p.93-101.

MARTINS, R. A. Concepção de roubo em pré-escolares. **Cad. CEDES**. 1997, p.351-366.

MARTINS, R. A. Concepções sobre regras morais e sócio-convencionais em crianças de pré-escola e primeiro grau. **Psicol: teor. pesqui.** 1995, p.203-211.

MENIN, M. S. S. **Valores na escola**. Educação e Pesquisa, 2002, p.91-100.

MORENO, C. A. M.; GILÈDE, R.P. Evaluación de respuestas de dominio apropiado e inapropiado a transgresiones socio-morales en el contexto educativo. **Rev. colomb. Psicol.**, 2014, p.119-133.

NUCCI, L. Evaluating teachers as social agents: Students' ratings of domain appropriate and domain inappropriate teacher responses to transgressions. **American Educational Research Journal**, 1984, p.367-378.

PESSOTI, A. M.; ORTEGA, A.C.; ALENCAR, H.M. Juízo moral e trapaça em uma perspectiva psicogenética. **Ciências & Cognição**, 2011, p.167-185

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. **Os problemas e os métodos**. In: Piaget J. A representação do mundo na criança. Rio de Janeiro: Record, 1975, p 5-32.

PUIG, J. M. **A Construção da Personalidade Moral**. São Paulo: Ática, 1998.

RAVA P.G.S.; FREITAS, L.B.L. Gratidão e sentimento de obrigatoriedade na infância. **Psico-USF**, 2013, p.383-394.

RICARDO, L.S.; ROSSETTI, C.B. Inclusão: um enfoque piagetiano sobre as relações de amizade no contexto escolar. **Psicopedagogia**, 2012, p.301-312.

SANTOS, D.L.; PRESTES, A. C.; FREITAS, L. B. L. Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2014, p.247-254.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação dos sentimentos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

VINHA, T.P. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. Campinas: Mercado de letras, São Paulo: FAPESP, 2000.